Política Fiscal do Brasil: pós-crise x pré-crise?



ANBIMA 14/6/2013

Pós-Crise



- Metas Fiscais: contabilidade criativa esconde mudanças mais profundas como modelo de crescente endividamento público para financiar créditos pelo Banco Tesouro Nacional.
- ✓ Orçamentos: necessário carga tributária alta/crescente para sustentar trajetória expansionista de gastos, sem queda de juros abrir espaço fiscal e nem priorizar investimentos.





Evolução da dívida líquida:

- Cada vez menos explicada pelo superávit primário e cada vez mais pelas variações patrimoniais, inclusive reservas internacionais, créditos governamentais e operações compromissadas e compulsórios...
- Maior presença estatal no mercado de crédito e acionário
 - Aumento mais forte de relações cruzadas e internas ao setor público, entre bancos e entre estatais, inclusive bancos estatais não se atém mais a nichos...
 - Maior presença estatal, via crédito e via participações acionárias, inclusive "paraestatal" (fundos de pensão)
- Política fiscal, que já estava atrelada a juros e câmbio, se tornou também ao crédito no pós-crise global.

Engenharia Fiscal e Financeira



Banco do Tesouro Nacional:

- Crédito extraordinário (subsidiado) para bancos oficiais aumentou em 8.3% do PIB pós-crise: do incremento de crédito (ago08xdez12), explicou 92% do discricionário e 55% do total do sistema financeiro (variação 15% do PIB).
- ✓ Já haviam créditos correntes: FAT, fundos regionais, setoriais; somados, Tesouro se torna maior banco na economia: 16.1% do PIB, equivale a 30% do total de crédito do sistema financeiro (dez/12); se contar rolagem, para 26.9% do PIB.

Endividamento público:

- Dívida líquida perdeu qualidade para mensurar saúde fiscal: -7.3% PIB
 (ago08xdez12) distorcida por deduções (+13.7% PIB) e reservas (+5.5% PIB)
- ✓ Dívida bruta cresceu forte (+7.6% PIB mesmo período) e, ainda, encurtou com operações via BC (+6.7% PIB de carteira títulos).
- ✓ Governo brasileiro mais endividado (DBGG = 67.2% PIB) que média dos emergentes, mas beneficiado por ser basicamente financiada internamente.
- Resposta brasileira à crise não diferiu na essência dos países mais ricos: socorro financeiro para bancos e empresas à custa de endividamento (mas eles também lograram aumentar investimentos públicos).



Variáveis	Em R\$ bilhões correntes			Em % do PIB		
	Ago/2008	Abr/2013	Variação	Ago/2008	Abr/2013	Variação
DID (12 magas)	2.910	4.532	1.622	100.00/	100.00/	0,00%
PIB (12 meses) AGREGADOS FISCAIS	2.910	4.532	1.022	100,0%	100,0%	0,00%
DÍVIDAS						
Dívida Líquida DLSP	1.236	1.602	366	42,47%	35,36%	-7,11%
Dívida Bruta DBGG						
Método Brasil	1.635	2.682	1047	56,17%	59,18%	3,01%
Método Internac.	1.735	2.920	1.185	59,63%	64,41%	4,78%
Poder Público						
Dívida Público DPMFi	1.502	2.414	912	51,60%	54,71%	3,11%
Dívida Mobiliária Mercado	1.202	1.835	697	41,30%	40,05%	-1,25%
Banco Central						
Carteira Títulos BC	402	927	525	13,83%	20,45%	6,62%
Op.Compromissadas BC	302	589	287	10,37%	12,99%	2,62%
Dp.Compulsórios Remun.	186	279	93	6,40%	6,55%	0,15%
DEDUÇÕES						
Total Créditos Gov.	(522)	(1.328)	(873)	-17,95%	-29,30%	-13,67%
Créditos Resto Economia	(248)	(711)	(463)	-8,51%	-16,11%	-7,60%
Créditos Inst.Fin.Oficiais	(27)	(408)	(380)	-0,94%	-8,99%	-8,29%
Disponibilidade Financ.	(275)	(617)	(409)	-9,44%	-13,61%	-6,05%
Dívida Externa Líq.BC	(335)	(749)	(418)	-11,51%	-16,52%	-5,56%
AGREGADOS CRÉDITO						
Crédito Sist.Financeiro	1.117	2.452	1.243	38,37%	54,10%	15,10%
Credito Rec.Discricionários	314	874	560	10,78%	19,80%	9,02%
BNDES Desembolsos	78	156	78	2,68%	3,54%	0,86%

Fontes Primárias: Banco Central; BNDES (projeção até ago/2008)

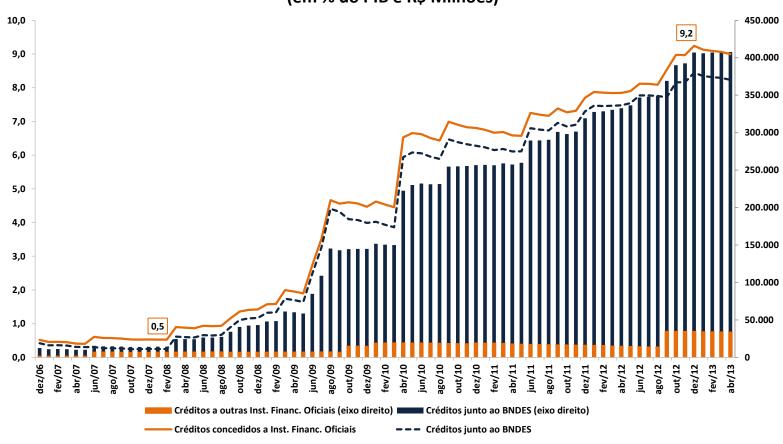








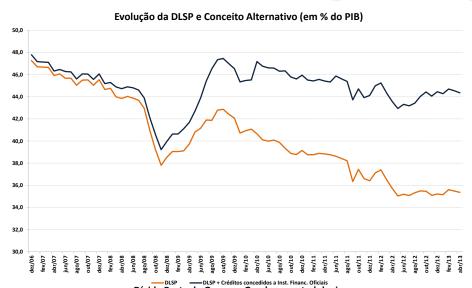
Créditos Concedidos a Instituições Financeiras Oficiais (em % do PIB e R\$ Milhões)

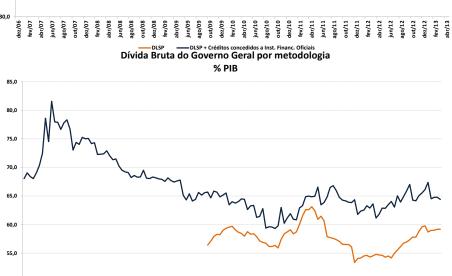


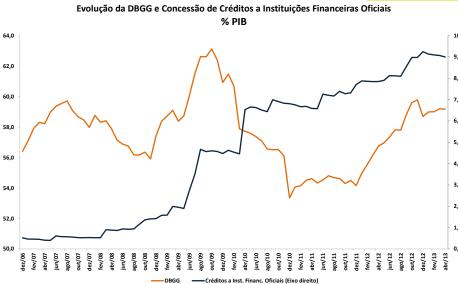
Dívida Pública

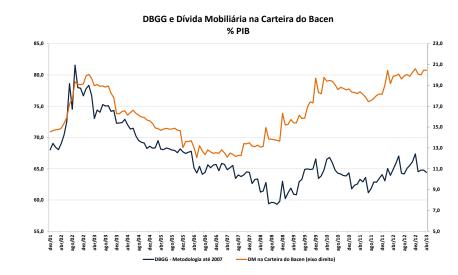
Diferentes metodologias e trajetórias pós-crise





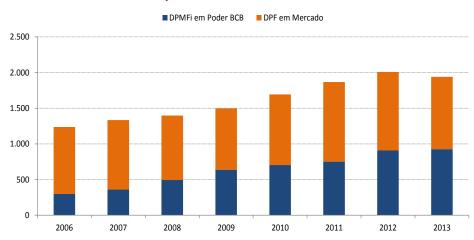




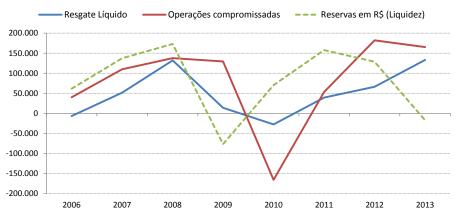


Dívida PúblicaMudança na composição

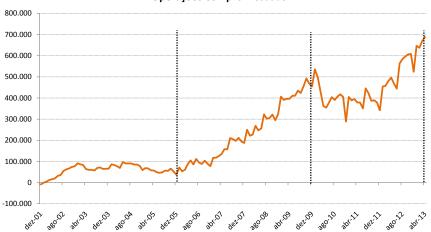
Estoque de Dívida Pública Federal



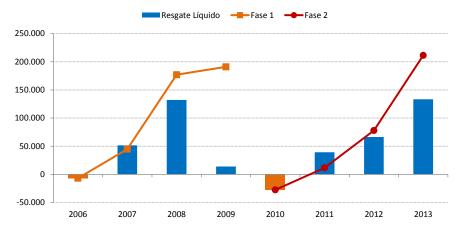
Variação em R\$ Milhões



Operações Compromissadas

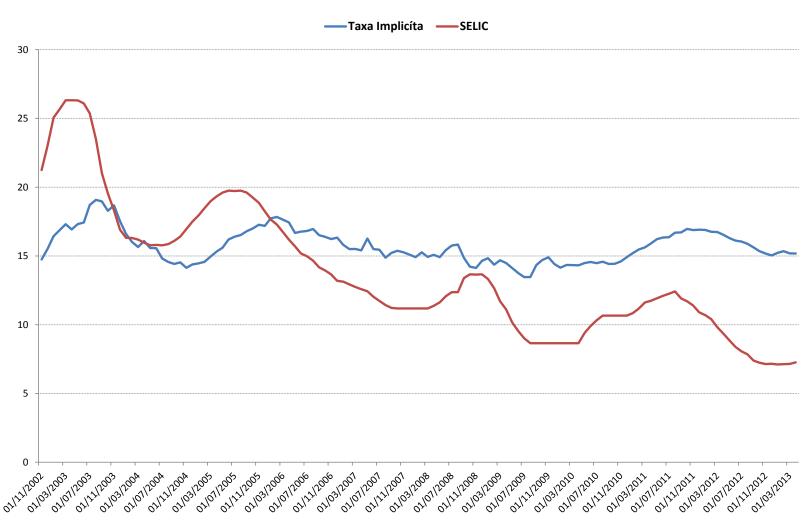


Fluxo de Resgates Líquidos por Período



Dívida PúblicaTaxa média x básica









- Recuperar credibilidade da política fiscal e econômica e aproveitar para promover reformas estruturais operações;
- Prática imediata: consenso a favor de reduzir a meta de superávit primário ao invés de aplicar deduções e adotar operações heterodoxas;
- Solução ideal: adotar cálculo de resultado estrutural que ajusta os efeitos do ciclo (metodologia disponível);
- Reformas fiscais:
 - ✓ Completar regulação da LRF: criação do conselho de gestão; aprovar limites para dívida da União, mobiliária (lei) e consolidada (Senador); revisão periódica dos limites....
 - Revisão da LRF: melhorar disciplina e fechar brechas já identificadas (projeto iniciativa do Senador Jereissati e parecer Senador Virgilio).
 - Reforma do orçamento, contabilidade pública e gestão financeira e patrimonial:
 50 anos da Lei 4320 de 1964 (mesmo projeto).



Para mais detalhes sobre o tema da palestra, ver:

Ensaio Técnico publicado pelo IBRE/FGV **Sobre "Fazer o Cumprimento" da Meta de Superávit Primário de 2012** Com Gabriel Leal Barros, Fevereiro/2013. Disponível em: http://bit.ly/YbMrgm

Artigo publicado na Revista Econômica da UFF **As Intricadas Relações entre Política Fiscal e Creditícia no Brasil Pós-2008.** Niterói, v 13, n 2, p. 125-154, dezembro 2011. Disponível em: http://bit.ly/SU52r0

José Roberto Afonso é economista, especialista em finanças públicas.
Opiniões de exclusiva responsabilidade do palestrante.
Julia Morais, Kleber Castro, Marcia Monteiro e Felipe Azevedo deram suporte às pesquisas..

Mais trabalhos no site do autor:

www.joserobertoafonso.com.br